

IDENTIDADE SERTANEJA E MEIO AMBIENTE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

SIMONE NARCISO LESSA¹

INTRODUÇÃO

Este título pode induzir a impressão imediata de uma história do presente. Sim, acreditamos que estamos de fato neste campo de debate. Entretanto, nosso objeto central, a identidade sertaneja, tem sido apontado, debatido e descrito pelo menos desde o século XVIII, ganhando ênfase no XIX e XX. Cá estamos no século XXI e ele não perdeu o fôlego. Aparece com força nos debates entre modernos e pós-modernos, antropólogos, ambientalistas e entre outros, porque não os historiadores.

Este trabalho tem como objetivo analisar a e identidade sertaneja no século XX e no início do XXI frente a (dês)invisibilização de diferentes grupos que vão se diferenciar de forma contrastiva em relação aos processos de homogeneização na formação da identidade nacional e, em particular, da identidade sertaneja. Este novo processo identitário tem se apresentado como posicionamentos políticos na luta pela terra no Brasil, diferenciado da forma como esta luta se dava, mesmo em meados da década de 1990, focada no tema da Reforma Agrária. A luta das populações chamadas tradicionais coloca a questão da reforma Agrária em outros campos de disputas.

Estas disputas têm sido balizadas por um novo ordenamento jurídico desta questão. Ordenamento tem na Constituição Federal de 1988 sua base para a abertura de muitas frentes. É interessante ressaltar que se para as Populações Tradicionais a Constituição de 1988 abre uma frente diferenciada de atuação política, dada pela visibilização das mesmas, para os biomas Cerrado e Caatinga, obliterados, a luta é para o seu reconhecimento e proteção. Estas lutas se imbricaram.

¹ Doutora em História pelo Departamento de História IFCH/UNICAMP. Professora da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES. Professora Permanente, do Programa de pós-graduação em História-PPGH (mestrado) UNIMONTES e do Programa Multidisciplinar em Desenvolvimento Social-PPGDS UNIMONTES (mestrado). Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil – Área de Saneamento e Ambiente da FEC/UNICAMP (mestrado e doutorado).

E-mail: monelessa@uol.com.br

Desde o início a relação identidade/meio se afirmou como veremos a seguir. Entretanto, se antes o meio era um dificultador, pela sua rudeza, agora será apresentado como estruturante das relações culturais e de modos de vida. O discurso eugenista/mesológico dos séculos XIX e XX era incisivo na constatação da degeneração racial dos habitantes do interior do país e, principalmente, as derivações dessa degeneração que se encontravam na moralidade, no arquétipo físico e em vários outros critérios.

Um exemplo é a postura que encontramos expressa no relatório de uma expedição do Instituto Oswaldo Cruz, chefiada por Adolfo Lutz e Astrogildo Machado, em 1912, ao vale do São Francisco, de Pirapora a Juazeiro, aos serviços da Inspetoria das Obras Contra as Secas, vinculada ao Ministério da Viação e Obras Públicas, quando com as seguintes palavras explicavam a pobreza e o atraso do São Francisco:

O vale do rio São Francisco dá a impressão de uma região pobre e atrasada. Quanto à população, convém dizer que o elemento índio nela é quase nulo. No entanto a raça preta entra com um contingente grande, muitas vezes predominante. Não são raros os lugares onde, entre os nativos, falta o elemento branco. Isto, naturalmente, influi sobre o caráter da população que geralmente vive de modo bastante primitivo. Comparações com povoados do mesmo tamanho, em outros estados e países, são pouco favoráveis aos moradores do São Francisco e isso não é devido unicamente à falta de recursos, porque se agente pouco ganha, também pouco gasta para a vida. É certo que nestas zonas muitas necessidades de climas menos quentes passam a ser um luxo quase, mas isso não inclui as necessidades higiênicas. Também, não pode haver progresso onde a gente se contenta a vegetar sem melhorar as condições da sua vida. Além da questão da raça, há outros elementos que se opõem ao progresso. O clima quente, cuja média é bastante superior a da Capital Federal, e certas moléstias, principalmente a malária e, em menor extensão, a coreotripanose e a ancilostomíase, contribuem para aumentar a indolência de um povo, ao qual também faltam outros exemplos. A produção da terra excede as necessidades locais em valores insignificantes e a maior parte dos gêneros dá preços pouco favoráveis, devido à distância de outros mercados. (LUTZ & MACHADO, in: THIELEN, 1915:54)

O discurso dos cientistas é enfático em associar certo caráter primitivo da população ao grande número de negros que se encontram na região em contraposição ao elemento branco. O que demonstra que o pensamento de uma identidade nacional a partir do branqueamento não era alheio a estes cientistas, os quais foram formadores de campos importantes da imunologia brasileira. Percebemos que o enunciado constrói um número

de elementos significativos para tentar explicar o atraso encontrado no vale do São Francisco. Todavia, algo diferente nesses cientistas de manguinhos chama-nos atenção, eles começam a retirar algumas certezas em relação ao lugar, como o saber lobatiano (Urupês) de que o caipira é preguiçoso por natureza, e buscaram demonstrar que doenças desconhecidas afetavam essas populações e os seus ritmos de vida e organização coletiva. Escrevem:

*(...) extremamente decadentes, com sua população constituída de negros e mestiços, inutilizada pelo terrível flagelo que é a moléstia de Chagas, (...). Além desses arraiais, pequenos lugarejos de meia dúzia de habitações, algumas fazendas e pobres casebres esparsos à margem da estrada e à beira dos riachos, cujos habitantes são também, na maioria, pobres vítimas da tireoidite, da ancilostomose e do impaludismo. (...) A ausência de esforço e de iniciativa dessa pobre gente é proveniente do **abandono em que vive**, e da incapacidade física e intelectual, resultante de moléstias deprimentes e aniquiladoras, cabendo nessas regiões, a moléstia de chagas, a primazia desse malefício. (LUTZ & MACHADO, in: THIELEN, 1915:58)*

De acordo com Cesar (2010:15) o enunciado mostra que ainda prevalece à constatação de que a população é constituída de negros e mestiços. Entretanto, diferente do enunciado anterior não se constrói a idéia, diretamente, de uma população primitiva devido à questão racial, mas sim devido às moléstias e ao abandono. A partir dessa constatação o enunciado reverte um dos seus determinismos para outro local, para as moléstias, mas, não retiram o fator mesológico. Entendemos que, enquanto o discurso eugenista procurou se servir de uma argumentação científica étnica; o discurso da ciência não procurou demonstrar que os fatores do atraso destes sertões eram múltiplos e alheios aos determinismos ou à vontade, ou falta dela, por parte da população local.

De acordo com Lessa (1993) em porções extensas de território nacional, nota-se que grande parte da população, era alheia ao sentido de pertencer a uma nação, e não se sentiam vinculados desta forma aos centros de controle administrativo da União. O impacto destes encontros entre os dois brasis era muito forte na consciência do Leste do país e se refletia de várias maneiras. Esta falta do sentido de nação impressionou, sobremaneira, os cientistas de Manguinhos, que constatam que entre os homens endurecidos do sertão:

Raro o indivíduo que sabe o que é Brasil. Piauí é uma terra, Ceará outra terra, Pernambuco outra e assim os demais estados. O governo é, para esses párias, um homem que manda na gente, e a existência desse governo conhecem-na porque esse homem manda todos os anos cobrar-lhes os dízimos (impostos). Perguntados se essas terras (Piauí, Ceará, Pernambuco, etc.) não estão ligadas entre si, constituindo uma nação, um país, dizem que não entendem disso. A única bandeira que conhecem é a do Divino. (PENA, & NEIVA, in THIELEN at. alli.1915:191)

Buscava-se a instauração de uma constante vigilância, territorializando e expandindo cada vez mais as fronteiras de acesso do aparelho administrativo, para todo o território, cerceando qualquer desordem interna. A soberania da Nação se estabeleceu, portanto, através do controle de suas fronteiras internas e externas, levado a cabo pelas instituições governamentais e, contando como um de seus instrumentos de controle a expansão da rede de comunicação e expedições pelo interior do Brasil.

A IDENTIDADE SERTANEJA

Em meados do Século XIX e início do Século XX, o processo discursivo de construção das representações identitárias no interior do Brasil, em particular na região do Cerrado, foi homogeneizado pela construção da identidade sertaneja. Gradativamente todos se reconhecem como sertanejos não importando seu lugar na sociedade. Outro fator desta construção foi a subalternização da identidade sertaneja no âmbito da nação de forma contrastiva entre a civilização litorânea e a rudeza do interior: os sertões. A identidade litorânea se afirmando como hegemônica, de forma etnocêntrica, europeizada, mas, encontrando resistência na força demonstrada pela “cultura mestiça” do interior. De acordo com Roberto Cardoso de Oliveira (1976) devemos entender que a identidade não se constrói isoladamente, mas sim através das relações. Escreve o autor:

Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com quem se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente. No caso da identidade étnica ela se afirma “negando” a outra identidade, “etnocentricamente” por ela visualizada. (OLIVEIRA, 1976: 5, 6)

Nas palavras de Maria Tereza Aina Sadek (1988, P. 5): "O sentimento de premência de se conhecer a realidade nacional [foi] (sic.), sem dúvida alguma, uma das cores mais

visíveis nesse momento". A preocupação com a redescoberta do Brasil e suas diferenças colocava em evidência a partir do começo do século uma questão mais ampla que a unificação territorial que poderíamos chamar de identidade nacional. Os debates sobre a identidade nacional, ligados as estratégias de controle das influências do meio e da raça sobre os "brasileiro" e a "brasilidade", perpassará toda a história da República. Um cotidiano envolvido em pobreza, ignorância e doenças apareciam na obra de vários autores que não se ufanavam das misérias, cada vez mais expostas, encontradas tanto nas grandes cidades como no interior do país. Para Maria Tereza Sadek (1988:5):

Desde Os Sertões de Euclides da Cunha, a ânsia de conhecer a realidade passou a constituir quase que num guia da produção intelectual. A palavra de ordem a ser cumprida por todos aqueles que ambicionavam influir nos destinos do país poderia ser assim expressa: é preciso descobrir e conhecer o Jeca Tatu; o Brasil é Os Sertões, é o Jeca Tatu. Somente a descoberta da Brasilidade do país verdadeiro fornecerá critérios para a reorganização do Brasil formal.

Vimos surgir juntamente com um discurso eugenista um pensamento resistente entre intelectuais, que vão de Euclides da Cunha a Darcy Ribeiro, passando por Gilberto Freire, apontando para a pluralidade dos brasileiros e indicado que grupos como os caboclos amazônicos, o caipira paulista e o sertanejo da caatinga e do cerrado, entre outros tiravam sua força da mestiçagem e de sua relação com o meio ambiente dos domínios geográficos onde estavam. Nesta imagem a mestiçagem aparece como uma riqueza e um fator de força da nossa identidade nacional. Veremos adiante que no início do século XX ainda prevalecia a imagem de que o meio rude compunha com a gente rude do interior os fatores do atraso do Brasil frente às nações civilizadas.

De acordo com Dias (2010, p. 13), em seu texto sintético sobre o conceito de sertão, vários autores vêm o mito do sertão como emblema do deserto, da tradição e do passado colonial escravista. Os fios que tecem o tecido diáfano de nossa nacionalidade ao se voltarem para os sertões, onde a realidade dura insufla o sentimento ou a memória das sagas, a luta contra o vazio e a rudeza natural vai se entrelaçando ao sonho de refinamento civilizado.

Um dos primeiros historiadores que se preocupou em definir teoricamente o sertão foi João Capistrano de Abreu (1976). Em sua obra *Capítulos de História Colonial*, publicada em 1907, o erudito cearense tencionou caracterizá-lo a partir do viés geográfico, lugar que se opunha à “marinha”, às terras do litoral. Assim, os sertões referem-se às terras interioranas, que se destacam pela dificuldade de comunicação, pelo grande isolamento e pelo teor rústico e violento da vida. (DIAS, 2010: 14)

Percebemos hoje que mesmo se encontrando, quer seja pela introdução dos artefatos industriais no sertão ou pela migração de sertanejos para a cidade, esses mundos não desapareceram totalmente, mesmo em nossos dias eles conservam suas singularidades e seus conflitos, mesmo que velados. Quanto mais a investigamos esse processo de homogeneização mais percebemos seu artifício, pois muitos são os povos, costumes e projetos de sertão que encontramos.

Carla M. J. Anastasia (2005) nos mostra em seus textos a força, a violência e o maravilhoso sertanejo. A força do sertão, que é mais da ordem do sonho, tem a fonte do seu brilho na memória, nas imagens de muitas fontes, oficiais ou literárias, na semelhança com outros sertões. Escreve a autora: “O medo da morte nos caminhos, dos assaltos dos quilombolas, de bandidos cruelíssimos, do imprevisível da natureza, do sobrenatural, foi o sentimento que tornou assombrados os lugares da violência na Capitania de Minas Gerais”. (ANASTASIA, 2010: 47)

A FRAGMENTAÇÃO DA IDENTIDADE SERTANEJA

O imaginário maravilhoso do sertão permanece, no entanto, o tecnicismo do pós-2ª Guerra Mundial, uma nova forma de Estado Brasileiro, recoloca estas questões em outros lugares políticos, em outras disputas e negociações nas quais os projetos para os sertões pluralizam-se. O impacto desses encontros entre os dois brasis era muito forte na consciência do leste do país e se refletia de várias maneiras, principalmente nas políticas públicas adotadas.

No decorrer do século XX vários autores, negaram as teorias européias como uma forma de análise da realidade social e as criticaram como uma mera cópia de idéias, ou no dizer de Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 1981: 157), “um transplante alienante”. Pesquisadores como Gilberto Freire buscavam a via aberta por Von Martius, analisando a composição racial do Brasil e seus efeitos históricos: na presença dos portugueses,

negros, índios e mestiços no sertão de forma diferenciada. Entretanto, todo o tempo a imagem do sertanejo amálgama e dilui essas diferenças, homogenizando-as e obliterando-as.

Se a antropologia se debruçou sobre este tema, à historiografia somente recentemente tem se aproximado do mesmo. Laurindo Mékie Pereira (2010) chama nossa atenção para a complexidade metodológica do estudo da formação das identidades. Escreve o autor:

Discutir as identidades é sempre problemático (...) deve-se rejeitar, de início qualquer perspectiva essencialista, seja ela de ordem biológica, mais facilmente reconhecível e hoje condenada por quase todos, ou de tipo histórica, mais sutil e por isso mesmo mais perigosa.

A maior dificuldade no exame deste objeto parece ser de ordem metodológica. Como averiguar e mesurar o grau de difusão e/ou assimilação/ compartilhamento de uma identidade? Quando se está falando do conjunto da população ou pelo menos de segmentos expressivos dela?

Parece-me que há propostas de identidade, grupos sociais que constroem um discurso pelo qual difundem uma identidade que eles julgam/apresentam/querem/ defendem ser uma identidade regional. É possível que na realidade, é uma identidade deles que se pretende da região. (PEREIRA, 2010: 86)

As questões postas pelo autor são instigantes. A fluidez do objeto, seu aspecto “líquido” como coloca BAUMAN (2005), própria da modernidade o torna de difícil apreensão, muito arriscado. Entretanto, seu motor é mesmo a controvérsia e o conflito. A maneira como, no século XX e mesmo agora no XXI, muda, assume formas diferenciados em todo o mundo, Levando BAUMAN (2005) a falar em “Estados Multinacionais”, seu desafio ao pesquisador e em particular para o historiador. Apesar de sua fluidez a modernidade busca enquadrá-las em sistemas homogeneizantes dos quais sistematicamente têm escapado.

Entendemos que a construção da identidade sertaneja na primeira metade do século XX foi homogeneizante e obliteradora das diferenças. Entretanto, a tendência a sua fragmentação, seja em projetos políticos e territoriais diferenciados, seja em relação ao posicionamento desta questão como bandeira de diferentes movimentos sociais. Seus aspecto plural e conflituoso, eminentemente político, se ressalta a medida que o século XX acabava e o XXI ganhava velocidade.

Esta obliteração passou a partir da década de 1970, a ser explicitada e serve como forte argumento de legitimação da luta política de diferentes comunidades pela terra ou mesmo da elite para manter-se no domínio da situação. Perguntamos: como a identidade se manteve uma questão tão viva? Em que medida podemos dizer que houve uma contraposição contrastiva da perspectiva de construção, nacional e local, da identidade sertaneja e da sua fragmentação no final do século XX?

Laurindo Mékie Pereira (2010) analisa três “projetos de identidade norte-mineira” que nos remeteram a variedade de propostas diferenciadas também da construção de territorialidades na região. Escreve o autor:

Analisando aqui, três projetos de identidade norte-mineira: a identidade baiana, tese esposada por intelectuais signatários de projetos emancipacionistas; a identidade baineira [catrumana], tese elaborada especialmente pelo antropólogo João Batista de Almeida Costa e a identidade mineira, pensamento prevalecente entre os grupos dirigentes regionais ao longo do período republicano. (PEREIRA, 2010: 86)

É interessante ressaltar que o projeto que assume a identidade mineira para todo o Estado de Minas Gerais, esta ligado ao esforço para aumentar sua coesão interna, em particular no início da República. Após a decadência da mineração e de Ouro Preto podemos constatar o vínculo das diferentes regiões de Minas Gerais com outros Estados da União: o norte com a Bahia, a Mata com o Rio de Janeiro, o sul com São Paulo e o Triângulo com Goiás e São Paulo. Escreve Paul Singer, “se divide cada vez mais profundamente em regiões autônomas, estanques entre si, e que se entrosam com economias circunvizinhas, agrupadas ao redor de pólos de crescimento exteriores a Minas Gerais”. (SINGER, 1977, P.213, APUD. LESSA, 1993: 112)

Camilo Prates e Honorato Alves, assim como as Câmaras de Vereadores afirmavam sempre de forma categórica seu vínculo ao Estado de Minas. Constatamos a existência, assim como Pereira, de projetos separatistas mesmo no final do XIX, mas, quando buscamos entender o projeto da “identidade baiana”, vemos ela mais próxima da mineira no sentido social, pois em ambas prevalece os interesses da elite política de estabelecer vínculo com o poder maior estadual e federal. Neste segundo vemos que o principal pano de fundo é a busca de um vínculo com o nordeste e a SUDENE.

A Identidade baiana parte de uma referencia a uma origem baiana para o processo de ocupação do norte de Minas, pressuposto defendido por memorialistas, políticos e pesquisadores acadêmicos. Esta tese ganhou ênfase em meados do século XX, de acordo com Pereira, “atendendo a duas ordens de interesses: a) a inclusão do norte de Minas na área de atuação da SUDENE e as posteriores mobilizações por recursos públicos estaduais e federais; b) a justificativa histórico-cultural para os projetos separatistas”. (PEREIRA, 2007) O separatismo se apresenta muito mais como uma vontade da elite regional se colocar no centro da política que de uma indeferência identitária. Entendo que a projeto de inclusão do norte de Minas na SUDENE, luta da elite regional, é a sua afirmação frente ao país e o acesso às suas benesses.

A proposta de uma identidade baiana ou Catrumana aponta para uma formação identitária específica do norte de Minas diferente da baiana e da mineira, ou uma dialética das duas, constituída em contrastividade com as mesmas. Queremos ressaltar que esta tese tem como diferencial em relação às demais a construção identitária que não se propõe uma, mas sim, formada de outras relações identitárias em seu interior. Escreve Pereira:

Costa fala, também, de uma diversidade de “modos de vida” menores que integram a unidade maior que é o norte de Minas. Trata-se dos vereadores, vazanteiros, geraizeiros, caatingueiros, quilombolas e indígenas, grupos que se reproduzem fora do circuito e padrão econômico prevalecente na sociedade brasileira. Sua estrutura produtiva é fundada na solidariedade e na reciprocidade. (PEREIRA, 2010: 98)

Na proposta de Costa vemos uma interação com um momento pós-moderno de definição da identidade nacional marcado pelos debates e proposições referendadas na Constituição Federal de 1988. Diferente das propostas modernas homogeneizantes, vemos um grande esforço político para contemplar diferentes grupos no que eles têm em comum, a luta pela terra a partir da tradição, sem perder a afirmação de suas diferenças.

Observamos na Constituição Federal de 1988 e nas lutas das populações tradicionais no Brasil, a emergência de diferentes denominações destes povos, assim como de movimentos sociais novos: índios, quilombolas, produtores familiares, comunidades extrativistas (Geraizeiros, Vazanteiros e Catingueiros). Este fenômeno é forte como

elemento identitário de luta no norte de Minas, nas últimas décadas do século XX e início do XXI, e recoloca a questão a identidade sertaneja.

Na luta pela terra que tem, principalmente, desde a Constituição de 1988, a identidade e a territorialidade como armas dos povos expropriados e segregados dos Sertões brasileiros, o mundo dos significados dos que vivem no cerrado, caatinga será reinventado e assim afirma-se, diante daqueles que negaram os sentidos de vida que foram construídos em torno e dentro de seus lugares. O discurso da tradicionalidade será visto então como parte desse mecanismo de luta. Uma mudança violenta no estilo de vida gerou a necessidade de se produzir mecanismos que demonstrassem a força da lógica pós-moderna destes povos perante outra lógica, moderna hegemônica em nossa sociedade.

O posicionamento das populações norte mineiras na apreensão e apropriação do discurso de tradição frente ao movimento de ruptura ocasionado pela lógica capitalista de apropriação da terra. Nesse sentido buscamos entender, nos valendo do conceito de Hobsbawm e Ranger (1987) a (re) - “invenção da tradição”, frente a esse movimento, quais são as articulações deste processo identitário que entendemos ser pautado pela fragmentação da identidade sertaneja. Haja vista que esse processo de fragmentação demonstrar a especificidade de relação com a terra dessas populações, (Geraizeiros, Vazanteiros, Quilombolas, Caatingueiros) ao se posicionarem, tanto na sua forma de lidar com terra, quanto de se articularem politicamente na defesa da mesma e de seu estilo de vida.

Para entendermos estas mudanças abordamos dois documentos significativos para pensar nossa problemática; a) a Carta das Comunidades Quilombolas do Norte de Minas de 2005; b) e a Carta de Porteirinha, documento construído no I Encontro Norte Mineiro de Agrobiodiversidade, 2006. Ambos os documentos operam o conceito de tradição no intuito de demonstrar lógicas próprias de vida e de resistência frente a dinâmicas capitalistas que desestruturam suas formas de lidar com o mundo. Estes documentos instrumentalizaram o conceito de tradição, através do discurso resistente de luta pela Identidade e territorialidade. As autodenominações tornaram-se específicas, e conseqüentemente verbalizam a relação distinta dos diferentes grupos de “sertanejos” com a terra.

Nessa lógica os dois documentos mencionados anteriormente são elucidativos no que tange a reinvenção das tradições e a relação identitária. Situamos esta (re) -“invenção das tradições” dentro do que Paul Little (2002) denominou de “reivindicação territorial”, mesmo entendendo a complexidade semântica do termo “tradição”, uma vez que ele geralmente se remete ao que é antigo, estático. Todavia, o tomamos aqui como aquilo que expõem um indício de problemas sociais, como observou Eric Hobsbawm (1998). Articulando tradição e identidade as pensamos como elementos móveis, que se posicionam de acordo com os diferentes campos sociais de cada grupo.

No caso das comunidades norte mineiras a identificação do “Outro” se deu através da identificação das práticas do “Outro”, na realidade essa alteridade que saliente aparece de forma clara quando na Carta de Porteirinha. Nela eles denunciam as práticas que os expropriaram de suas terras e desarticularam suas formas de lidar com a mesma. As práticas citadas são: cercamento de território com fins imobiliários, ameaças de violências sofridas por especuladores imobiliários, ameaças as lideranças políticas das comunidades, articulação do prefeito de Alto Rio Pardo de Minas com o Governador do Estado de Minas Gerais para expulsão de famílias no intuito de implantar a barragem de Berizal. As agressões não são, unicamente, do setor privado, mesmo havendo um reconhecimento territorial por parte do Estado Brasileiro, este ainda pratica atos de segregação territorial.

Nessa lógica a identidade nasce de forma contrastiva, haja vista que ela se “reafirma” diante de um processo que a nega. Todavia do processo de negá-la surge uma fragmentação, verbalizada não pelo “Outro”, mas sim pelo “Eu” das comunidades e populações tradicionais norte mineiro. Nesse sentido, vejamos o posicionamento da Carta de Porteirinha frente às múltiplas identidades sertanejas:

Nós, membros de 37 municípios e comunidades norte mineiras, Guardiães da Agrobiodiversidade do Cerrado e da Caatinga, 300 participantes do I Encontro Norte Mineiro de Agrobiodiversidade e entidades de apoio à suas lutas, reunidos em Porteirinha entre os dias 27 e 30 de abril de 2005, após o intercâmbio, oficinas, discussão em plenária e visitas a comunidades tradicionais, acampamentos e áreas de assentamentos de reforma agrária, reafirmamos a riqueza cultural regional fruto de uma ampla articulação das diversidades de seus modos de vida e de integração com a natureza em suas expressões regionais – cerrado e caatinga – frente à sua desvalorização a

partir da introdução do modo de produção capitalista centralizador e concentrador dos meios de produção e excluidor de amplas parcelas da população dos benefícios gerados pela sociedade conduzindo-as à uma condição de vida não condizente com a dignidade humana. Também reafirmamos os direitos inerentes à vida, em todos os seus aspectos, culturais, sociais, políticos, ambientais e econômicos e nos posicionamos para continuarmos a luta, a defesa e a conquista desses direitos. Reafirmamos, ainda, que se constituem como defensores da singularidade cultural regional em suas diversas formas de expressão, ou seja, como sertanejos, geraizeiros, Xakriabá, quilombolas, caatingueiros, barranqueiros, vazanteiros e trabalhadores sem terra e sem água, no conjunto da humanidade. (CARTA DE PORTEIRINHA, 2006: 2)

No enunciado exposto é possível visualizar um termo no centro da significação construída no enunciado que tange a reinvenção da tradição: “reafirmamos”. Este termo produz dois efeitos significativos dentro da nossa problemática, primeiro, o *reafirmar* das diversas formas de expressão procura desconstruir uma noção, historicamente construída, de homogeneidade da identidade sertaneja, buscando assim fortalecer suas diversas expressões no intuito de posicioná-las politicamente, segundo, *reafirmamos* a riqueza cultural como expressão de uma articulação dos diversos modos de vida e de integração com a natureza. O que se reafirma é a tradição, ou seja, o discurso procura demonstrar a possibilidade de um modo de produzir sustentável que se posicione em interface com a modernidade. Na Carta das Comunidades Quilombolas do Norte de Minas outro aspecto é significativo

Nós, comunidades negras rurais e quilombolas do Norte de Minas, afirmamos nossa ancestralidade de lugar, anterior aos bandeirantes paulistas e demais invasores que aqui chegaram a partir do século XVII. Somos negros que lutam para reconquistar os direitos e mantemos laços de sangue, laços territoriais e espirituais, que nos conferem uma identidade e cultura específicas. (CARTA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO NORTE DE MINAS, 2005:1)

O meio, o domínio geográfico se apresenta como matriz identitária e objeto de luta a ser defendido: a caatinga e o cerrado. O território aqui aparece como o significante que amplia a categoria de identidade. Concordamos com LITTLE (2002: 6) quando afirma que “a categoria de identidade pode se ampliar, à medida que a identidade de um grupo passa, entre outras coisas, pela relação com os territórios construídos” uma vez que

estes “territórios construídos” dão significado a identidade dentro do sentimento de pertencimento de um grupo frente suas relações com outros grupos, fazendo surgir assim a diferença, algo crucial a cultura. Escreve o autor:

A imensa diversidade sociocultural do Brasil é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária. As múltiplas sociedades indígenas, cada uma delas com formas próprias de inter-relacionamento com seus respectivos ambientes geográficos, formam um dos núcleos mais importantes dessa diversidade, enquanto as centenas de remanescentes das comunidades dos quilombos, espalhadas por todo o território nacional, formam outro. Essa diversidade fundiária inclui também as chamadas “terras de preto”, “terras de santo” e as “terras de índio” de que fala Almeida (1989). Ainda, há as distintas formas fundiárias mantidas pelas comunidades de açorianos, babaqueiros, caboclos, caiçairas, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praiérios, sertanejos e varjeiros (Diegues e Arruda 2001).

Esse grande leque de grupos humanos costuma ser agrupado sob diversas categorias – “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades”, “culturas” – cada uma das quais tende a ser acompanhada por um dos seguintes adjetivos: “tradicionais”, “autóctones”, “rurais”, “locais”, “residentes” [nas áreas protegidas] (...)(LITTLE, 2002:2)

A posição tomada pela carta frente a dinâmica do capital já nasceu fortalecida pelo reconhecimento da Constituição de 1988 em relação aos seus direitos à terras, diz o artigo 68 das disposições gerais “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2005, p. 208) , contudo, apesar de compreenderem a força do reconhecimento a realidade apresentada por estes povos e de descaso público:

*Nos últimos anos, inspirados pelo que reza a Constituição Federal de 1988, estamos nos organizando, construindo nossa unidade e instaurando processos de retomada dos nossos territórios ancestrais, **mesmo com o descaso e negligência do poder público.***

O processo de vizibilização das comunidades negras rurais e quilombolas do norte de Minas é inexorável, não apenas pelos direitos assegurados constitucionalmente, mas sobretudo pelos vínculos de parentesco e territoriais que mantemos durante séculos, que nos fazem portadores de uma resistência e vigor cultural e espiritual capaz de suportar qualquer embate, até a plena conquista dos nossos direito. (CARTA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO NORTE DE MINAS, 200.: 2)

Portanto entendemos que a Constituição de 1988, é uma peça-chave para o posicionamento da reinvenção da tradição. A partir do momento em que se reconhece oficialmente na carta máxima do país os valores destes povos se garante a representação de mundo que trazem como um elemento de luta política. Já que a questão do território é peça-chave nesse discurso de tradicionalidade, é mais que um simples espaço de habitat, através dele se constrói significados e identidades. Neste sentido, a “região é agora entendida como resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural”, o território então, torna-se o lugar de sentido, onde seu habitante se entende como ser, “o arranjo dos campos o sistema agrícola e o habitat rural (...) o dialeto e os costumes estão, entre outros, constituindo um conjunto integrado, de trocas culturais que definem um gênero de vida”. (CORRÊA, 1997: 180)

Na realidade a região é “vivenciada pelos seus habitantes que reconhecem sua existência concreta a ponto de nomeá-la” (CORRÊA, 1997: 186) e se nomearem: cerrado, geraizeiros ou Povos do Cerrado. Portanto, o fato do reconhecimento e o auto-reconhecimento contribuem decisivamente para a reinvenção das tradições. “Resistimos calados por muito tempo. Muitos de nós migraram, mas hoje estamos lutando contra essa injustiça e exigimos as nossas terras de volta como nos garante a constituição.” Esse fragmento da carta que os quilombolas escreveram para a sociedade e os poderes públicos demonstra este aspecto. Tão quanto o da importância do território na vida desses povos, “através delas (as terras) restabelecer nossas vidas e nossas culturas”. (CARTA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO NORTE DE MINAS, 2005: 4)

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. RJ: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1976.

ANASTASIA, Carla M. J.. **A Geografia do Crime: Violência nas Minas setecentistas**. BH: UFMG, 2005.

_____. *Sertão Rebelde: maravilhoso e violência nas Minas setecentistas*, in: BARBOSA, Carla Cristina (org.) **SERTÃO: Identidade e Religiosidade**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2010.

BAUMAN, Zygmunt,. *Identidade*. RJ: Zahar, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal**. BH: mandamentos, 2005.

CARTA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO NORTE DE MINAS: **Faltam direitos humanos para os quilombolas no Norte de Minas Gerais. 2005.**

CARTA DE PORTEIRINHA: **I Encontro Norte Mineiro de Agrobiodiversidade. 2006.**

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajelórias Geográficas.** RJ: Bertrand Brasil, 1997.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** 26 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. 1998

DIAS, Renato da Silva. História, Cultura e Sertão, in: BARBOSA, Carla Cristina (org.) **SERTÃO: Identidade e Religiosidade.** Montes Claros: Ed. Unimontes, 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos e Rinaldo S.V. ARRUDA. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno.** RJ: Civilização Brasileira, 1976.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LESSA, Simone Narciso. **TREM-DE-FERRO: do cosmopolitismo ao sertão.** Campinas: Dissertação de Mestrado IFCH/UNICAMP, 1993.

LITTLE, Paul E.. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade,** in: Série Antropológica. Brasília: Unb, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social.** São Paulo: Pioneira. 1976.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Identidade norte-mineira: notas para um debate,* in: BARBOSA, Carla Cristina (org.) **SERTÃO: Identidade e Religiosidade.** Montes Claros: Ed. Unimontes, 2010.

_____ **Em Nome da Região a serviço do Capital.** SP: Tese de Doutorado em História, FFLCH/USP, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **Os Brasileiros: Teoria do Brasil.** 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

SADEK, Maria Tereza Aina. *Machiavel, Machiavéis: a tragédia otavina.* São Paulo, *Edições Símbolo,* in: Fundação Oswaldo Cruz-Casa de Oswaldo Cruz. **A Ciência a Caminho da Roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Casa Oswaldo Cruz, 1991.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana (análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife).** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.

LUTZ, Adolfo &, MACHADO, Astrogildo. *Viagem pelo São Francisco e por alguns de seus Afluentes entre Pirapora e Juazeiro. (estudos feitos à requisição da Inspetoria de Obras Contra a Seca. Direção de Arrojado Lisboa),* in: THIELEN, E. V. at. alli. **Memória do Instituto Oswaldo Cruz.** Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 1915. Tomo VII.